

Mark Tur

Mark Viagens e Turismo Ltda.
Rua Anita Garibaldi, 60 / Sala 11 – Centro
88010-500 Florianópolis SC - BRASIL
Tel.: (48) 223.5597 – Fax: 223.5011
TOLL FREE: 0800.645.5597
E-mail: grupos@marktur.com.br

Santuários da Europa

. França . Espanha . Portugal .

Saída prevista: Junho 2003

Orientadores Espirituais:

Pe. Jorge Oczkowski - Paróquia de São Sebastião

Pe. Venceslau Nieckasz - Catedral de Joinville

Saída prevista: Junho 2003

Orientadores Espirituais:

Pe. João - Paróquia N. Sra. Aparecida - Blumenau

Pe. Everaldo Alves - Paróquia Santo Estêvão

Saída prevista: Julho 2003

Orientadores Espirituais:

Pe. Marcos Herdt - Paróquia de Laguna

Pe. Antônio Herdt - Paróquia de Tubarão

Saída prevista: Setembro 2003

Orientador Espiritual:

Pe. Valdemar Groh

Saída prevista: Outubro 2003

Orientador Espiritual:

Pe. Carlos Weck - Santuário de Caravaggio - Nova Veneza

Realização:



Santuários Alemanha, França,
Espanha, Portugal e Suíça

Saída prevista: Setembro 2003

Orientador Espiritual:

Pe. Pedro Koehler

ENCONTROS

Teológicos

Este artigo aborda a trajetória polêmica de um documento conciliar que foi criticado, rebaixado e quase expulso da “festa” do Vaticano II por ter chegado tarde e porque, segundo três correntes opositoras (as três bruxas) estava com “vestes” pré-conciliares. Contudo, teve um desfecho com felizes conseqüências para uma eclesiologia de comunhão e participação, particularmente no Brasil.

Inter Mirífica: a gata borralheira do Concílio

*Pe. Domingos Volney Nandi**

* Mestre em Comunicação e Professor no ITESC.

Artigos



O *Inter Mirifica*, de um documento humilde, criticado e rebaixado, se transformou em documento ilustre. Foi objeto de severas críticas, tanto de eclesiásticos como de profissionais dos mídias. Três correntes – uma francesa, outra americana e uma terceira, alemã – formaram uma opinião pública contrária ao documento, considerando o *Inter Mirifica* inadequado tanto no campo eclesial como no campo comunicacional. No campo eclesial, fugia dos padrões de um documento conciliar e, no campo comunicacional, era inadequado do ponto de vista profissional.

Desta forma, no decurso da discussão conciliar, o *Inter Mirifica* acabou perdendo status: previsto inicialmente como constituição, acabou transformando-se tão somente num decreto. Os 114 Parágrafos do texto original¹ foram reduzidos para apenas 24 parágrafos. Ainda assim, dentre todos os documentos votados pelo Concílio, *Inter Mirifica* se destaca por ter sido aprovado com o maior número de votos contrários.

No entanto, na medida em que o espírito conciliar de comunhão e participação foi sendo assimilado, o *Inter Mirifica* foi ganhando prestígio. Isto se deve, não tanto ao seu conteúdo, como à sua forma. Apesar de tanto bombardeio contra o *Inter Mirifica*, ele desencadeou importantes documentos e práticas pastorais. Sua filha primogênita se chama *Communio et Progressio*.

O DECRETO INTER MIRIFICA PROPRIAMENTE DITO

Com o decreto *Inter Mirifica*, sobre os instrumentos de comunicação social, aprovado a 4 de dezembro de 1963, o Concílio reconhece as profundas mudanças sócio-culturais provocadas pela cultura dos mídias e reivindica o dever e o direito da Igreja de utilizar estes meios na ação evangelizadora e na promoção humana.

“Constituída por Cristo Nosso Senhor a fim de levar a salvação a todos os homens e impelida pela necessidade de evangelizar, a Igreja considera como sua obrigação pregar a mensagem de salvação com o recurso também dos

¹ A proposta inicial tinha o seguinte esquema: uma introdução (1-5), uma primeira parte sobre a doutrina da Igreja (6-33) com itens sobre os direitos e deveres da Igreja, normas morais e deveres do indivíduo e do Estado. Uma segunda parte voltada ao apostolado da Igreja neste campo (34-48) e uma terceira parte se ocupava da disciplina eclesiástica (49-63). Na quarta parte o documento levava em consideração cada um dos diversos instrumentos de comunicação (64-105): a imprensa (66-83), o cinema (84-94), o rádio e a televisão (95-105) e vários outros meios de comunicação massivos (106-111). A conclusão (112-114), substancialmente é a mesma da versão final do documento. Cf. EILERS, F. G. R. GIANNATELLI. *Chiesa e comunicazione sociale: i documenti fondamentali*. Leumann (Torino): Elle Di Ci; 1996, p. 59-60.



instrumentos de comunicação social, e ensinar aos homens o seu reto uso” (IM3).

Com esta abertura, a Igreja institucionaliza e acolhe o desafio comunicacional em sua agenda missionária. Discutido e aprovado na segunda sessão do Concílio, o decreto propõe princípios doutrinários e morais dos quais tira normas e orientações para a prática pastoral. Essas orientações serão enriquecidas, depois, em 1971, com a instrução pastoral *Communio et Progressio*².

O texto final do *Inter Mirifica* ficou assim estruturado: uma breve introdução (2 artigos); o capítulo 1 com 10 artigos destinados à doutrina; o capítulo 2, com 10 artigos referentes à ação pastoral; e os 2 artigos da conclusão.

O primeiro capítulo tem o mérito de dirigir-se ao público em geral, ou seja, não apenas aos profissionais dos meios de comunicação, mas também aos receptores. Entres os temas abordados está o da opinião pública, transformando o artigo 12 em um dos mais polêmicos do decreto.

O segundo capítulo refere-se à ação pastoral da Igreja em sua relação com os instrumentos de comunicação massivos. Há uma insistência para que os agentes de pastoral, de todos os níveis, façam bom uso dos meios de comunicação. Traçam-se diretrizes gerais referentes à educação católica, à imprensa católica e à criação de secretariados diocesanos, nacionais e internacionais de comunicação (IM 19-21). É instituída a “Jornada Mundial da Comunicação” com o objetivo de instruir o povo. Do mesmo modo, determina a elaboração de uma nova orientação pastoral sobre comunicação, a qual, depois, foi a Instrução Pastoral *Communio et Progressio*.

A POLÊMICA

Das 9.348 propostas para o Concílio que chegaram, a Roma de todo o mundo, somente 18 faziam referimento aos mídias. Este tema não fez parte dos trabalhos da Comissão Preparatória Central do Concílio. De última hora foi criado o Secretariado para a Imprensa e Espetáculos. Foi este Secretariado que fez o esboço do documento *Inter Mirifica* (novembro de 1960 a maio de

² A instrução pastoral *Communio et Progressio* (1971) amplifica o horizonte de *Inter Mirifica*, oferece novas orientações sobre o conteúdo e aprofunda as perspectivas da comunicação eclesial, tratando, particularmente, sobre comunicação interna da Igreja e da opinião pública. De modo geral aprofunda, a partir do ponto de vista doutrinário, o magistério conciliar. Sua tese de fundo enaltece a visão cristã dos mídias, estabelecendo a comunhão e a promoção integral do ser humano como fruto e critério da comunicação humana e dos seus meios. Em perspectiva teológica, essa apresenta a comunhão trinitária, a encarnação e a vida de Cristo, perfeito comunicador, como modelos de toda comunicação humana.



1962), que depois foi aprovado pela Comissão Preparatória Central do Concílio. Em novembro de 1962, o documento foi debatido na primeira sessão e o esquema aprovado, mas o texto foi considerado muito vasto. No primeiro período do Concílio o texto sofreu a redução acima mencionada e foi novamente submetido à assembléia em novembro de 1963.

O decreto *Inter Mirífica* suscitou polêmicas e reservas. Algumas correntes denunciaram-no de moralista, fechado e de mentalidade pré-conciliar. Outros reclamaram dele a falta de um rosto teológico e dogmático. A **crítica francesa**, divulgada em *Le Monde*, *Le Figaro* e em *La Croix*, se opôs ao esquema, alegando que carecia de conteúdo teológico, de profundidade filosófica e de fundamento sociológico³.

A crítica da **corrente americana** era orquestrada por jornalistas que se mostravam surpresos com a abordagem sobre a liberdade de imprensa, expressa no artigo 12 do decreto. O referido artigo foi interpretado como sendo contra a liberdade de imprensa. Realmente, o *Inter Mirífica* justifica a censura oficial pelo Estado, a fim de proteger a juventude contra “a imprensa e os espetáculos nocivos à sua idade” (IM 12). Segundo os jornalistas desta corrente, o decreto, do jeito como estava, demonstrava à posteridade a incapacidade do Vaticano II de enfrentar os problemas do mundo atual⁴.

A **corrente alemã**, por sua vez, assinada por 97 padres de diferentes regiões, manifestou-se no dia 18 de novembro, mediante uma carta à Décima Comissão Conciliar, responsável pela redação do documento, propondo um novo estudo e um novo esquema. Após a negativa da Comissão, o grupo alemão lançou uma circular, que foi distribuída na praça de São Pedro momentos antes da sessão conciliar de 25 de novembro de 1963. A circular convidava os bispos a optar pelo *non placet* (não satisfaz) porque o esquema era indigno de figurar entre os decretos conciliares, pois não refletia os anseios do povo e dos entendidos no assunto⁵.

Por conta destas críticas e denúncias, na apuração dos votos foram registrados 1598 “sim” contra 503 “não”. Apesar de tudo, o *Inter Mirífica* deixou um saldo positivo. Dentre seus méritos, o mais notável é o de ter proposto uma instrução pastoral que envolveria em seu conjunto o magistério do Concílio.



ASPECTOS POSITIVOS DO INTER MIRIFICA

Apesar de sua história polemica e a drástica redução dos 114 Parágrafos iniciais para apenas 24 parágrafos, *Inter Mirífica* é recordado por muitos **pontos positivos**:

- É o primeiro documento oficial da Igreja sobre a comunicação social elaborado por um Concílio ecumênico, assegurando a obrigação e o direito de ela utilizar os instrumentos de comunicação social.
- Apresenta a primeira orientação oficial da Igreja para o clero e para os leigos sobre o emprego dos meios de comunicação social.(IM 3).
- Demonstrou que o direito à informação é visto pela Igreja não como um objeto de interesses comerciais, mas como um bem social⁶.
- Fez um avanço em relação aos documentos anteriores, ao conferir à sociedade o direito à informação (IM 5), à escolha livre e pessoal, em vez da censura e da proibição (IM 9).
- Reconhece que é um dever de todos contribuir para a formação das dignas opiniões públicas (IM 8);
- Assume os instrumentos de comunicação de massa como indispensáveis para a ação pastoral.
- a partir de 1967, graças a este documento, foi instituída a celebração anual de uma Jornada Mundial das Comunicações tratando sempre de um assunto sugerido pela Santa Sé;
- no *Inter Mirífica*, os Padres do Concílio solicitam e autorizam explicitamente a elaboração de uma Instrução Pastoral (*Communio et Progressio*, 1971) sobre a dimensão pastoral dos meios de comunicação e sobre promoções e aplicações dos princípios conciliares (n.23);
- enfatiza com clareza a importância de fornecer uma adequada formação profissional ao clero mediante uma cuidadosa educação midiática. Insiste, igualmente, no envolvimento e na valorização dos profissionais leigos e dos receptores, no sentido de afrontarem adequadamente os desafios dos tempos modernos (nn 15-16);
- enfim, vem proposta a instituição, junto à Santa Sé, de uma secretaria permanente para a comunicação social (n.19) pela qual a já existente secretaria para a Imprensa e o Espetáculo é elevada com o *Motu*

³ Cf. comentário crítico de Erico Baragli citado em PUNTEL, Joana (1994) p. 55.

⁴ Idem. P. 56.

⁵ Idem. P. 57

⁶ Em 1980, a UNESCO, no relatório MacBride, ao sublinhar a democratização da comunicação, vai além do “direito à informação” ao defender o “direito à comunicação”. Cf. UNESCO. *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: UNESCO/ Editora da Fundação Getúlio Vargas; 1983.



Proprio In Fructibus Multis (2 de abril 1964) a Pontifícia Comissão para as Comunicações Sociais.

Enfim, é a primeira vez que um Concílio Geral da Igreja se volta para o problema da comunicação. Aliás, o Concílio Vaticano II abre seu leque para além dos temas primários da fé (Trindade, Cristologia, os vários dogmas) para melhor consagrar-se à comunicação. Basta conferir outros documentos conciliares, como veremos a seguir. O Concílio não se ocupou apenas com os meios, mas sobretudo com o processo comunicativo. De fato, a eclesiologia do VAT II primou por uma pastoral pontuada pela comunhão e participação. Em outras palavras, consagrou em seu modelo eclesiológico o processo de comunicação dialógico e participativo.

PERSPECTIVA COMUNICATIVA DE OUTROS DOCUMENTOS

Uma leitura em chave comunicativa do Vaticano II demonstra que o Papa João XXIII, convocando-o, quis despertar para uma Igreja renovada em sua ação pastoral e em sua capacidade comunicativa. Explicando o caráter prevalentemente pastoral do Concílio, o papa João XXII fez esta ponderação:

*“é necessário antes de tudo que a Igreja não se esqueça do sagrado depósito da verdade, recebido dos Padres; e ao mesmo tempo deve também olhar o presente, às novas condições e formas de vida, introduzidas no mundo moderno, as quais abrem novas estradas ao apostolado católico (...) O nosso serviço pastoral (...) não tem outro fim e outro desejo senão o conhecimento e a penetração do Evangelho de Cristo no nosso tempo”*⁷.

Existem autores que qualificam o Vaticano II como o Concílio da comunicação, por dois motivos principais:

- a) porque pela primeira vez um Concílio ecumênico dedicou um documento oficial (*Inter Mirífica*) aos instrumentos da comunicação social;
- b) porque os seus principais documentos (a *Lumen Gentium* sobre a Igreja, a *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo contemporâneo, a declaração *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade religiosa) se apresentam como catalizadores da mudança de modelo de comunicação pastoral, seja *ad intra* seja *ad extra* da Igreja.

⁷ Elementos de uma síntese feita por M. Midali sobre os seguintes discursos do Papa João XXIII: Bula de convocação *Humanae Salutis* (1959), Discurso inaugural e discurso aos padres conciliares. Cf. MIDALI, M. *Teologia Pastorale o Pratica*. Roma: LAS 1985.



Assim, o decreto Inter Mirífica deve ser lido à luz da *Lumen Gentium* (capítulos I e II) e da *Gaudium et Spes*. Estes documentos evidenciam que através da comunicação a Igreja descobre sua missão de comunicadora, de anunciadora da Boa Nova do Reino de Deus a todas as pessoas de boa vontade. Também a *Dei Verbum* contém algumas reflexões sobre a dimensão teológica da comunicação. No mais, pode-se afirmar que tudo o que o Concílio disse sobre a proclamação da fé e sobre as atividades teológico-pastorais, como por exemplo a pregação, está vinculado à comunicação e, o que é importante, vai muito além do simples uso de meios técnicos.

Por conta desta perspectiva comunicativa de outros documentos conciliares é que vários autores sustentam que, se este decreto – o *Inter Mirífica* – tivesse sido discutido mais no final do Concílio, após as muitas sessões consagradas à Igreja no mundo moderno e à liberdade religiosa, o texto do *Inter Mirífica* teria sido mais enriquecido.

“Infelizmente, o decreto olhou o passado e não o futuro, olhou para dentro e não para fora. Ele não aproveitou as realizações criativas do profissionalismo e da prática secular em comunicação de massa. Ao contrário, aborda ‘preconceitos católicos ultrapassados’ e ‘preocupa-se mais com a Igreja do que com a cristandade em geral’⁸.

No que se refere a uma maior abertura, seja às novas tecnologias de comunicação e à cultura pluralista seja à mudança de modelos de comunicação pastoral, não foram tanto o *Inter Mirífica* e a *Communio et progressio* os documentos que deixaram uma marca catalizadora, e sim, muito mais, outros textos fundamentais do Concílio como a *Lumen Gentium*, a *Sacrosanctum Concilium*, a declaração *Dignitatis Humanae* e a *Gaudium et Spes*.

Considerada na ótica pastoral, a eclesiologia conciliar de comunhão e participação, o diálogo com o mundo e a cultura pluralista, os modelos de ministério, os novos métodos de fazer teologia inaugurados pelo Concílio, o ecumenismo etc, mudaram profundamente a atitude da Igreja em relação à mídia; orientaram a práxis pastoral comunicativa e fecundaram uma teologia da comunicação pastoral.

A Igreja no Brasil pós-Inter Mirífica

Após o *Inter Mirífica*, a Igreja no Brasil deu passos significativos. Começa com a criação, na CNBB, do Secretariado Nacional da Opinião Pública, em 1962, transformado, em 1971, no Setor de Comunicação Social. O Setor de

⁸ STUBER, Stanley I. “A Response” p. 333, citado por Joana Puntel em *A igreja e a democratização da comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1994, p.62.



Comunicação foi co-autor de um documento intitulado “*Igreja e NOMIC*”, julgado pela UNESCO como um dos mais importantes produzidos em todo o mundo sobre o tema da democratização dos meios de comunicação. Da equipe surgiram importantes subsídios como o livro intitulado *Como Organizar a Pastoral da Comunicação* (SEPAC/Paulinas), por muito tempo o *vade-mecum* dos agentes da pastoral da comunicação no Brasil; a *Carta aos Comunicadores*, de 1984, um documento reproduzido em 20 mil cópias e distribuído a todos os jornalistas brasileiros; a documentação que serviu de base para a Campanha da fraternidade de 1989, sobre Comunicação e Fraternidade, assim como o estudo intitulado “Igreja e Comunicação Rumo ao Novo Milênio”, levado como subsídio à XXXV Assembléia Geral da CNBB de 1996.

Por trás de toda essa reflexão teórica está uma prática comunicativa de paróquias organizadas em Conselhos; o testemunho de comunicadores cristãos como o de Dom Hélder Câmara, Alceu Amoroso Lima e Herbert de Souza; a valorização do povo como protagonista de comunicação dialógica e libertadora; os esforços de articulação da comunicação católica em todos os níveis (a Campanha da Fraternidade, ao longo dos últimos 35 anos foi uma ação multimidiática, planejada, implementada e avaliada, que cumpriu esta função), a descoberta da comunicação como campo da ação pastoral e as tentativas de criação de redes de comunicação como a RCR - Rede Católica de Rádio, com 300 emissoras, das redes de televisão e o portal Catolicanet.

O RISCO DO “MARKETING DA FÉ”

Dois grupos lutam pela hegemonia da comunicação eclesial católica, atualmente, no Brasil. Duas correntes católicas com políticas comunicacionais opostas: a dos praticantes do chamado “marketing católico” e os da “teoria crítica da comunicação”. Em outras palavras, a dos carismáticos (nome genérico originado no movimento leigo Renovação Carismática Católica) e a dos progressistas (corrente também conhecida como da Teologia da Libertação).

Ismar de Oliveira Soares vê com preocupação a tentação do “Marketing da fé”. Segundo ele,

“pela teoria do ‘marketing da fé’, os recursos de comunicação da instituição devem ser orquestrados para determinados fins, segundo as regras do mercado de bens simbólicos, na esteira do bem sucedido trabalho desenvolvido pelos grupos pentecostais. (...) Pelos preceitos do ‘Marketing da fé’, os princípios religiosos transformam-se em objetos de sedução mediante o uso de procedimentos comuns do mercado na promoção de bens de consumo”⁹.

⁹ SOARES, Ismar de Oliveira. Celebrando cinquenta anos de comunicação sob a liderança da CNBB. in. (polígrafo ainda não publicado).



Esta estratégia, ainda que mostre uma religião feliz e exuberante, não consegue desvencilhar-se de seus protagonistas, ou seja, das figuras carismáticas e de seus promotores. Ao povo cabe adesão, sustenta Soares.

A proposta do grupo oposto emerge da reflexão das organizações católicas latino-americanas de comunicação, centrada nas relações comunitárias. Tal opção trabalha com o fermento e com a massa, ou seja,

“não despreza a mobilização de grandes contingentes de pessoas, nem o uso dos meios massivos, mas considera a articulação de redes de comunicação entre estas mesmas pessoas e os grupos envolvidos em projetos colaborativos como ponto central do planejamento da ação evangelizadora. O protagonista, neste caso, é, pois, a comunidade, mesmo quando o grupo necessita ser representado, em dadas circunstâncias, por alguma figura forte que fale por ele. Esta é a intenção manifesta do projeto de comunicação sugerido às dioceses pela Assembléia da CNBB, de 1996”¹⁰.

Este tipo de procedimento é conhecido por “gestão comunicativa comunitária” e baseia-se na nova teoria cristã da comunicação, que emergiu da eclesiologia do Concílio Vaticano II, a partir da década de 60.

O exemplo que mais ilustra este modelo é a assessoria de comunicação da pastoral da Criança da CNBB, abrangendo 3.351 municípios, atendendo a 31.844 comunidades, sendo operadas por 130 mil líderes comunitários, sob a coordenação de 19 mil voluntários. Mensalmente são acompanhadas um total superior a um milhão de famílias com mais de um milhão e meio de crianças com menos de seis anos. Fazem parte do programa, além da assistência às crianças, o acompanhamento de 74 mil gestantes, e os projetos de geração de renda e de alfabetização de jovens e adultos.

Esta experiência é, seguramente, um bom exemplo para ilustrar um processo comunicativo dialógico e libertador. Neste modelo, a utilização dos meios massivos de comunicação prima pelo protagonismo das comunidades cristãs; o povo não tem uma prática cristã assistencialista ou passiva, e a religião não é controlada e nem faz concessões às lógicas do mercado e às lógicas do espetáculo em troca de audiência ou de uma multidão de fiéis.

BIBLIOGRAFIA

BARAGLI, Enrico. *Comunicazione, Comunione e Chiesa*. Studio Romano della Comunicazione. Roma; 1973; pp. 877-879.

¹⁰ Idem.



DIAS, Arlindo Pereira. **Domingão do Cristão: estratégias de comunicação da Igreja Católica**. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

FRANZ, Josef Eilers e Roberto Giannatelli. **Chieza e comunicazione sociale: i documenti fondamentali**. Leumann (TO): Elle Di Ci, 1996.

PUNTEL, Joana. **A igreja e a democratização da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

SANTOS, Emil. **Comunicazione**. in: TONELLI, R e M. Midali, ed. Dizionario de Pastorale Giovanile. Leumann: EDC; 1989; pp. 163-174.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Celebrando cinquenta anos de comunicação sob a liderança da CNBB**. in. (polígrafo ainda não publicado).

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: UNESCO/ Editora da Fundação Getúlio Vargas; 1983.

Endereço do autor:

ITESC – Cx.Postal 5041
88040-970 – Florianópolis – SC
email: domingosnandi@aol.com



A atual reflexão bioética levanta contundentes questões acerca da liceidade ou não liceidade moral das ações. É difícil uma esfera objetiva de valores, princípios, normas, que oriente com segurança a consciência e o comportamento das pessoas. Acerca dos dois valores fundamentais - a vida e a autonomia da pessoa - o discurso bioético atual não aponta para uma fundamentação de consenso. Sobre essa fundamentação debatem-se, sobretudo, vitalistas, pragmatistas e liberais, numa oposição nítida, explícita e frontal. Como esses valores se impõe, urge afirmar a existência de uma objetividade normativa mínima, repensando os valores tradicionais a partir de novas fórmulas éticas emergentes.

Pontos de vista do discurso bioético

*Pe. Márcio Bolda da Silva**

* O Autor é Doutor em Teologia Moral e em Filosofia. É coordenador do Curso de Filosofia na Fundação Educacional de Brusque – FEBE, Professor de Filosofia na Unisul e de Teologia Moral no ITESC.